

PARCIALMENTE

CRM-MT determina interdição ética de hospital em Barra do Bugres

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

A falta de condições mínimas para o exercício da medicina no Hospital Municipal ‘Roosevelt Figueiredo Lima’, em Barra do Bugres, levou o Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT) a determinar a interdição ética parcial da instituição.

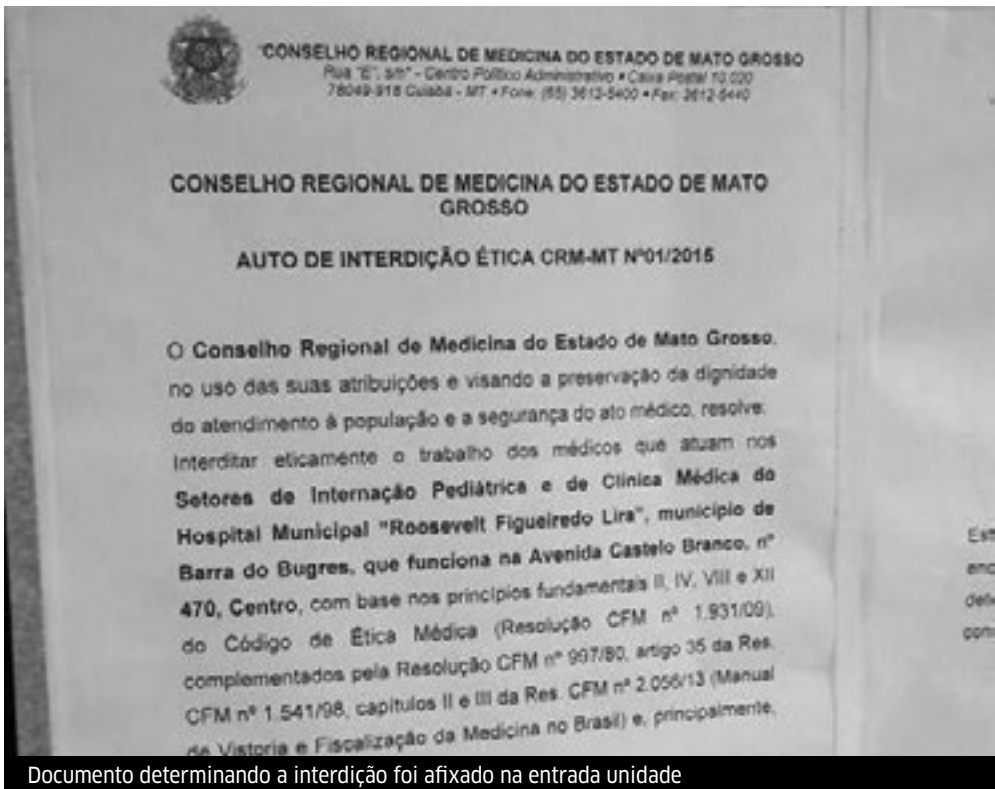
A medida, aplicada desde a última segunda-feira, 23, foi motivada pelo resultado de inspeções realizadas pelo Departamento de Fiscalização do CRM-MT, que identificou sérios problemas que compro-

metem a saúde da população e o desempenho ético-profissional dos médicos, entre elas a falta de medicamentos, equipamentos e insumos necessários para o funcionamento da unidade.

De acordo com o auto de interdição ética, assinado pelo presidente do Conselho, Gabriel Fel-sky dos Anjos, os médi-cos que atuam nas alas de internação pediátrica e clínica médica devem parar de atender nesses setores. Porém, para não prejudicar os pacien-tes que já se encontram internados, eles devem continuar até obterem alta. “A escala médica e o atendimento dos pacientes internados

permanecem até a alta de todos, sendo veda-da a internação de no-vos casos”, diz trecho do documento, afixado na entrada do Hospital Municipal, ao informar ainda que a medida não se aplica ao pronto-aten-dimento que continuará em funcionamento.

A interdição durará 30 dias, mas se os pro-blemas forem sanados antes desse período, os responsáveis devem so-llicitar o retorno do ser-viço, que será dada caso todas as “determinações sejam cumpridas, após nova avaliação deste conselho e aprovação de seu plenário”. (Com in-formações da Assessoria CRM-MT)



Documento determinando a interdição foi afixado na entrada unidade

AÇÃO JUDICIAL

“Desde o dia 3 de janeiro o hospital é responsabilidade do Estado”, afirma Florindo



Justiça confirma que responsabilidade pela administração do hospital é do estado

>> **Fabiola Tormes**
Redação DS

O prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo (PSD), acompanhado por representantes de outras cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região do Médio Norte, se reuniram na última terça-feira, 24, com o Governador Pedro Taques (PDT) para, entre outros assuntos, tratar sobre a interdição ética parcial do Hospital ‘Roosevelt Figueiredo Lima’.

De acordo com o chefe do Executivo Muni-

cipal barra-bugrense, desde o dia 3 de janeiro deste ano a responsabilidade pela administração do hospital de Barra do Bugres é do estado, conforme determinação da Justiça de Mato Grosso, proferida ainda no ano passado. “O Estado não tem outra escolha [de assumir ou não o hospital]. É uma ordem judicial e ele tem que cumprir”, afirma Florindo, ao destacar que durante audiência com Taques, o mesmo informou que até no máximo segunda-feira, dia 2 de março, resolverá o problema. “Ele esta apenas viabilizando a questão do

recurso e até sexta ou, no máximo, na segunda-feira, dirá de que forma irá subsidiar o hospital, pois cada município da região vai fazer sua contrapartida”.

Ainda de acordo com Florindo, como forma de resolver o problema, o município apresentou ao Executivo Estadual uma proposta para administração do hospital, com aporte financeiro do Estado, porém a proposta do Estado é que os consórcios municipais de saúde assumam a gestão dos hospitais. “A proposta do Governo do Estado é que, através dele, os consórcios passem a as-

sumir os hospitais por meio de OSS ou entidades públicas, e com isso consiga fortalecer o atendimento dos hospitais e melhorar a saúde do estado, não somente nesta região, mas em todas”, explica. “E agora ele está analisando o orçamento para saber como resolverá o nosso problema, mas ele sabe da urgência do nosso hospital e sabe ainda do nosso problema com relação as estradas, que está nos impedindo de remover pacientes para outras cidades, prejudicando não somente a população de Barra do Bugres, mas sim de uma região inteira”, finalizou.

PARCERIA



Governador assina convênio com a Fiocruz

Governo e Fiocruz iniciam cooperação para melhorar a saúde

>> **Caroline Lanhi**
Redação/Gcom-MT

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é parceria do Governo de Mato Grosso na reestruturação da saúde pública do Estado. Com o Termo de Cooperação Técnica firmado entre as instituições a Fiocruz vai compartilhar com o Estado a expertise em áreas como gestão hospitalar, qualificação de gestores e política de assistência farmacêutica, que estão entre as principais demandas na saúde. A assinatura foi realizada nesta terça-feira, na Escola de Saúde Pública do Estado.

O objetivo é criar uma rede de cooperação estratégica para o Sistema Único de Saúde no estado. O secretário de Estado de Saúde, Marcos Bertúlio, explica que as necessidades atuais da saúde em Mato Grosso apontam para gestão e

para a população - com relação aos agravos que ainda acometem a população. E a Fiocruz, segundo Bertúlio, possui estrutura e metodologia para implementar a análise de situação de saúde e ação de serviços, análise de custos hospitalares e qualificação de profissionais.

Por meio dessa parceria, afirma o governador Pedro Taques, Mato Grosso poderá adquirir os conhecimentos da fundação em saúde pública de qualidade. “Não deixaremos nenhum mato-grossense para trás, nenhum mato-grossense com lepra [hanseníase], com leishmaniose. Investiremos na atenção básica e precisamos sim de hospitais”, frisou o Taques.

O trabalho para definir os principais eixos de cooperação, considerando a demanda do Estado e a expertise da Fundação, foi iniciado ainda no mês de janeiro.